



Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça

APROVAÇÃO DOCUMENTO DE DISPENSA/INEXIGIBILIDADE

À Assessoria Jurídica,

Trata-se da de processo administrativo que tem por objeto a contratação, p o r inexigibilidade de licitação, de profissionais de notória especialização para atuarem como instrutoras do curso "**Neurodiversidade no Serviço Público: TEA e TDAH na Vida Adulta, no Trabalho e Atuação Biopsicossocial**", com carga horária de 2h, previsto para ocorrer no dia 26/05/2026, em modalidade online.

2. Inicialmente, tendo em vista a análise realizada pela Seção de Elaboração de Editais, conforme Análise de Termo de Referência 2566294, na qual informa que o **Termo de Referência** nº 2562773 está em conformidade com a Lei n. 14.133/2021 e a Instrução Normativa CNJ n. 89/2022, com fulcro na Portaria DG nº 290/2022 (1425909), **aprovo** o referido documento.

3. Informa-se que diante da particularidade dessa contratação e da inviabilidade de realização de pesquisa de preços nos moldes previstos na Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza singular do objeto, sugeriu-se, com fundamento no §4º do art. 23 da referida norma, a adoção de meio idôneo alternativo. Assim, em caso análogo, propôs-se, por meio do Despacho SEI nº 1557998, a fixação do valor contratual com base nos valores praticados para instrutores com vínculo com a Administração Pública, especificamente os valores referentes à Gratificação por Encargo de Curso e Concurso (GECC).

4. Em vista disso, conforme registrado no item 2 do Termo de Referência nº 2562773, para fins comparativo de preço, foi utilizada a tabela de Gratificação por Encargo de Curso (GEC) adotada pelo CNJ. Ante o exposto, considerando que foi adotado meio idôneo alternativo, conforme preceitua o § 4º do art. 23 da referida norma, **aprovo o orçamento estimado** da contratação.

5. A classificação da despesa e a disponibilidade orçamentária foram informadas por meio dos Despachos SCONT 2550834 e SEPOR 2553030.

6. Ainda, devido à proximidade da data de realização do curso, em **26/05/2026**, solicito prioridade no prosseguimento da presente contratação.

7. Dessa forma, encaminho os autos para análise dos procedimentos realizados com vistas à declaração de inexigibilidade pelo sr. Diretor-Geral.

Atenciosamente,

SUZANA BATISTA DOS SANTOS
Secretária de Administração



Documento assinado eletronicamente por **SUZANA BATISTA DOS SANTOS, SECRETÁRIA - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 29/04/2026, às 11:19, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **2572629** e o código CRC **FCFBD34F**.

04928/2026

2572629v9